

Orçamento de Estado Suplementar 2020

AEP considera proposta do Governo com caráter temporário e apenas concentrada em 2020

A AEP – Associação Empresarial de Portugal reafirma a sua preocupação em relação à proposta do Orçamento Suplementar 2020, que tem por objetivo aprovar o financiamento das políticas de resposta à atual crise.

A AEP esperava muito mais deste Orçamento Suplementar, como forma de limitar a vulnerabilidade do País e mitigar o forte impacto negativo sobre a atividade económica.

Apesar de algumas medidas serem positivas e irem ao encontro de propostas já apresentadas pela AEP, a grande maioria é insuficiente e tem um caráter temporário e concentrado em 2020.

Tendo em conta que a resposta a esta crise requer um forte apoio das políticas públicas dirigidas às empresas, a AEP considera que o Orçamento Suplementar deveria aproveitar a excecional flexibilidade permitida pela União Europeia, nomeadamente as regras temporárias de ajudas de Estado e a suspensão das regras orçamentais do euro, para um maior estímulo orçamental.

A AEP reconhece que as fragilidades estruturais do País, como o elevado rácio de dívida pública ainda antes da crise, condicionam a resposta face a países com maior folga orçamental, mesmo países do euro com rácios superiores, como Grécia e Itália, mas que têm medidas orçamentais de impacto superior a Portugal.

Para Luís Miguel Ribeiro, presidente da AEP, “existe uma forte expectativa quanto ao Fundo de Recuperação Europeu, que será certamente um excelente instrumento, mas não é de aplicação imediata. Até lá, muitas empresas poderão não resistir, agravando o problema do desemprego”.

“As empresas têm de contar com instrumentos de aplicação imediata, face à fase absolutamente crítica em que se encontram”, acrescenta o presidente da AEP.

Por isso, a AEP sublinha a necessidade de criar e reforçar mecanismos de apoio a empresas viáveis à custa de um pouco mais de défice orçamental em 2020, aproveitando a rede de

segurança excecional do Banco Central Europeu, que praticamente elimina o risco de acesso aos mercados. É uma estratégia que permitiria criar condições para assegurar a sobrevivência das empresas, os postos de trabalho e, simultaneamente, gerar, mais à frente, um maior saldo orçamental.

“Se não assegurarmos a sobrevivência das empresas, se não evitarmos uma escalada de insolvências e de destruição do capital social e da capacidade produtiva instalada, não será possível uma retoma rápida e mais forte da economia, mesmo numa fase em que a pandemia esteja resolvida do ponto de vista da saúde pública”, alerta Luís Miguel Ribeiro.

De recordar que ao longo dos sucessivos Orçamentos de Estado, a posição da AEP tem sido sempre no sentido de defender a necessária conciliação entre uma trajetória de consolidação orçamental - pelas implicações positivas que representa ao nível da melhoria das condições de financiamento da economia e das empresas - e uma política de forte estímulo à atividade económica, em particular às empresas.

A AEP defende que o princípio deve continuar a ser este. Contudo, momentos excecionais, como o que vivemos, requerem medidas igualmente excecionais, quer em natureza quer em montante. Nas fases de estabilização e de relançamento da economia, as empresas assumem, naturalmente, um papel fundamental. Por isso, temos de lhes prestar uma redobrada atenção!